

BERNARDO
GONÇALVES
FERNANDES

CURSO DE

DIREITO
CONSTITUCIONAL

2021

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

13^a | revista
edição | atualizada
ampliada



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

F363c Fernandes, Bernardo Gonçalves.
Curso de Direito Constitucional / Bernardo Gonçalves Fernandes – 13. ed. rev., atual. e
ampl. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.
2.400 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-686-0.

1. Direito Constitucional. I. Fernandes, Bernardo Gonçalves. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE 1 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1

CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES	33
1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial.....	34
2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	35
2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo...	37
2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito	39
2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?	41
2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!	42
2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de suprallegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX	42
3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria	44
4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein	55
5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo	58
6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito	70
7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos	78
7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição dirigente e o constitucionalismo moralmente reflexivo	83
7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	86
7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas	89
7.4. O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....	92
7.5. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público.....	94
7.6. A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse	96
7.7. A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo)	98

7.8. O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....	108
7.9. O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática	109
8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva.....	113
9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos	119
10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz ...	121
11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso	121
12. Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	122
13. Estrutura e Elementos das Constituições.....	122

2

PODER CONSTITUINTE.....	127
1. Introdução	127
1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte	127
1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição?	128
2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual	130
3. Poder Constituinte Originário	131
3.1. Conceito e natureza jurídica	131
3.2. Classificação	133
3.3. Características do Poder Constituinte Originário.....	134
3.4. Titularidade do Poder Constituinte Originário.....	137
3.5. Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos	140
3.6. Dinâmica constitucional	141
4. Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações	144
4.1. Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição.....	147
4.2. Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas.....	148
5. Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações.....	160
6. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte.....	163

3

HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	169
1. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica.....	169
1.1. Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação.....	169
1.2. O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico.....	171
1.2.1. A Hermenêutica clássica	171
1.2.2. A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico ...	176
1.3. A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social)	180

SUMÁRIO

1.3.1.	Uma disputa inicial: <i>voluntas legislatoris</i> x <i>voluntas legis</i>	180
1.3.2.	Os métodos clássicos de interpretação.....	183
1.3.3.	A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen.....	186
1.3.4.	O Positivismo jurídico atual: Positivismo Exclusivista e Inclusivista e o Não Positivismo	189
2.	A Hermenêutica Constitucional.....	193
2.1.	A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional.....	193
2.2.	Métodos de interpretação constitucional	201
2.3.	O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeule, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel.....	208
2.3.1.	Introdução	208
2.3.2.	Ronald Dworkin e a Teoria da Integridade.....	210
2.3.3.	John Hart Ely e sua concepção procedimental de democracia	212
2.3.4.	Cass R. Sunstein: minimalismo judicial e as personas constitucionais.....	214
2.3.5.	Adrian Vermeule e a virada institucional	222
2.3.6.	Mark Tushnet e o Constitucionalismo popular.....	226
2.3.7.	Barry Friedman e o constitucionalismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes	228
2.3.8.	O Constitucionalismo Democrático da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito Backlash.....	234
2.3.9.	Jeremy Waldron e sua crítica ao judicial review.....	251
2.3.10.	Laurence Tribe: Constitutional choices	255
2.3.11.	Richard Posner: a análise econômica do direito e o movimento antiteórico.....	257
2.3.12.	Michael Sandel e sua Filosofia Política: Justice	262
2.4.	A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	266
2.4.1.	Considerações iniciais.....	266
2.4.2.	Princípios e regras	267
2.4.3.	A Teoria dos princípios de Humberto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade	272
2.4.4.	Proporcionalidade x Razoabilidade	277
2.4.5.	A estrutura “racional” da proporcionalidade	279
2.4.6.	A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito)	284
2.4.7.	A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas	287
2.4.8.	A Hermenêutica Jurídica na Doutrina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Consenso”.....	289
4	HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	297
1.	Introdução: advertência	297

2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo.....	298
3. A Constituição do Império de 1824	298
4. A Constituição da República de 1891	301
5. A Constituição de 1934.....	305
6. A Constituição de 1937	308
7. A Constituição de 1946.....	311
8. A Constituição de 1967.....	315
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69).....	318
10. A Constituição de 1988.....	318

PARTE 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES)

DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	325
1. Introdução	325
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo	325
3. Classificação dos Princípios Estruturantes.....	330
4. Princípio Republicano	330
5. Princípio do Estado Democrático de Direito.....	332
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia	332
5.2. Estado de Direito	333
5.3. Democracia.....	335
6. Princípio Federativo.....	339
7. Princípio da Separação de Poderes.....	340
8. Fundamentos do Estado brasileiro	346
8.1. Introdução.....	346
8.2. Soberania	346
8.3. Cidadania	347
8.4. Dignidade Humana.....	348
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	356
8.6. Pluralismo Político.....	358
9. Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88.....	359
10. Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais	361

6

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	363
1. O que são direitos fundamentais?	363
1.1. Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais.....	363

SUMÁRIO

1.2.	As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	366
1.3.	Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-litera.....	367
1.4.	Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais.....	369
1.5.	Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória.....	376
1.6.	Direitos Fundamentais como direitos de defesa	378
1.7.	Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos.....	380
1.8.	Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades.....	380
1.9.	Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais.....	383
1.10.	Deveres Fundamentais	383
2.	Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	387
3.	Características dos direitos fundamentais	388
4.	Titulares dos direitos fundamentais	392
5.	Vinculação dos Poderes Públicos	394
6.	Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	395
7.	Suporte fático dos direitos fundamentais	400
7.1.	Elementos do suporte fático	400
7.1.1.	Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais.....	401
7.1.2.	A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional.....	403
7.2.	Espécies de suporte fático	404
8.	Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas.....	407
9.	Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal	413
10.	Direitos Humanos	422
10.1.	Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica.....	422
10.2.	Etapas de Conversão em Direito Positivo	422
10.3.	Etapas de Generalização.....	423
10.4.	Etapas de Internacionalização.....	424
10.4.1.	Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos	425
10.5.	Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo	432
10.5.1.	Introdução	432
10.5.2.	Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural	432
10.5.3.	Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural	434
10.5.4.	Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo.....	436
10.5.5.	Integridade Transnacional dos Direitos Humanos	438
10.5.6.	Considerações finais	441
11.	Justiça de transição.....	441
11.1.	Introdução.....	441
11.2.	Conceito e Características	443
11.3.	Elementos da Justiça de Transição.....	444

11.3.1. Justiça.....	444
11.3.2. Verdade e Memória.....	446
11.3.3. Reparação das vítimas e de suas famílias.....	448
11.3.4. A Justiça de Transição no Brasil.....	450
12. Direito dos animais.....	453
13. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	459

7

DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	467
1. Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	467
2. Vida.....	473
3. Liberdade.....	487
3.1. Liberdade de ação.....	488
3.2. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão.....	488
3.3. Liberdade de Consciência e Liberdade de crença.....	527
3.3.1. Liberdade de Consciência.....	527
3.3.2. Liberdade de crença.....	534
3.4. Liberdade de locomoção.....	551
3.5. Liberdade de profissão.....	554
3.6. Liberdade de reunião.....	559
3.7. Liberdade de associação.....	565
4. Igualdade.....	569
5. Propriedade.....	595
5.1. Conceito de propriedade.....	595
5.2. Função Social da propriedade.....	597
5.3. Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição.....	598
5.3.1. Servidão.....	598
5.3.2. Desapropriação.....	599
5.3.3. Requisição.....	604
5.4. Proteção constitucional ao bem de família.....	604
6. Direito à Privacidade, Direito à Intimidade e Direito à Imagem.....	605
7. Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina.....	612
8. A inviolabilidade do domicílio.....	629
9. Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	634
10. O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	653
10.1. Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo.....	653
10.2. Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	666

SUMÁRIO

10.3. Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana	703
10.4. Juiz das Garantias e o Pacote anticrime da Lei nº13.964 de 24.12.2019.....	723
10.5. Tribunal do Júri na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional.....	732
11. Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	743
12. colaboração premiada e seus reflexos no STF	750
13. Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	769
14. Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal.....	778
15. A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados Internacionais de direitos humanos	780
16. O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente a ELE.....	784

8

AÇÕES CONSTITUCIONAIS	789
1. Mandado de segurança.....	789
1.1. Conceito.....	789
1.2. Requisitos do Mandado de Segurança	790
1.3. Espécies de Mandados de Segurança	793
1.4. Direito Líquido e Certo	793
1.5. Cabimento	795
1.6. Legitimidade do Mandado de Segurança	804
1.7. Competência no Mandado de Segurança.....	811
1.8. Procedimento.....	815
1.9. Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis.....	823
1.10. Prazo do Mandado de Segurança.....	829
2. Mandado de Segurança Coletivo	833
2.1. Conceito.....	833
2.2. Finalidades	834
2.3. Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo	834
2.4. Procedimento.....	839
2.5. Decisão e Seus Efeitos.....	840
3. Mandado de injunção.....	845
3.1. Conceito e Antecedentes Históricos.....	845
3.2. Finalidades	846
3.3. Espécies de Mandado de Injunção	846
3.4. Requisitos.....	847
3.5. Legitimidade.....	849
3.6. Competência	851
3.7. Procedimento.....	852
3.8. Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção.....	854
3.9. Considerações Finais	865

4.	<i>Habeas Data</i>	867
4.1.	Conceito.....	867
4.2.	Cabimento.....	868
4.3.	Legitimidade.....	869
4.4.	Competência.....	871
4.5.	Procedimento.....	872
4.6.	Decisão.....	873
4.7.	Considerações finais.....	875
5.	Ação Popular.....	876
5.1.	Antecedentes Históricos.....	876
5.2.	Conceito.....	877
5.3.	Requisitos da Ação Popular.....	878
5.4.	Legitimidade.....	879
5.5.	Procedimento.....	882
5.6.	Competência.....	883
5.7.	Decisão na Ação Popular.....	885
5.8.	Considerações finais.....	885
6.	<i>Habeas corpus</i>	887
6.1.	Origem do <i>habeas corpus</i> , a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico).....	887
6.2.	Conceito e natureza jurídica do instituto.....	890
6.3.	Algumas características da ação de <i>habeas corpus</i>	890
6.4.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	892
6.5.	Cabimento do <i>habeas corpus</i>	894
6.6.	Legitimidade ativa e passiva.....	901
6.7.	Competência.....	903
6.8.	Procedimento, decisão e recursos cabíveis.....	906
6.9.	Considerações finais.....	909
7.	Reclamação.....	926
7.1.	Introdução.....	926
7.2.	Conceito e Natureza Jurídica.....	927
7.3.	Hipóteses de Cabimento.....	929
7.3.1.	Para preservar a competência do Tribunal.....	929
7.3.2.	Para garantir a autoridade de decisão do Tribunal.....	930
7.3.3.	Para Garantir a Observância de Súmulas Vinculantes do STF.....	932
7.3.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	933
7.3.5.	Para garantir a observância ao precedente proferido em julgamento de resolução de demandas repetitivas e ao precedente proferido em incidente de assunção de competência.....	935
7.3.6.	Reclamação proposta contra decisão que tenha descumprido tese fixada pelo STF em recurso extraordinário julgado sob o rito da repercussão geral.....	935

SUMÁRIO

7.4. Da Legitimidade	938
7.5. Do Procedimento	940
9	
DOS DIREITOS SOCIAIS	943
1. Introdução	943
1.1. Conceito e desenvolvimento – perspectiva histórica	943
2. Os Direitos Sociais: características, vinculatividade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos <i>prima facie</i>	945
3. A ideia de um “mínimo existencial”	948
4. A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais... ..	950
5. Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso	957
6. Classificação dos Direitos Sociais	960
7. Direitos Sociais do Trabalhador	962
8. Direitos Sociais da Seguridade Social	983
8.1. Direito à Saúde	983
8.2. Direito à Previdência Social.....	986
8.3. Direito à Assistência Social	987
9. Direitos Sociais à Educação e à Cultura	987
9.1. Direito à Educação	987
9.2. Direito à Cultura	989
10. Direitos relativos à moradia.....	991
11. Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	991
12. Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.....	993
10	
DIREITOS DA NACIONALIDADE	995
1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	995
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade	996
3. Espécies de nacionalidade	996
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária	996
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária	997
6. Análise específica do Brasil	997
6.1. Nacionalidade primária	997
6.2. Nacionalidade secundária	1000
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	1006
8. Perda do direito de nacionalidade	1008
9. Reflexões sobre a lei de migração (Lei nº 13.445/2017). Extradição, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: expulsão, deportação e repatriação. Asilo Político e Refúgio.....	1014
9.1. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....	1014
9.2. Extradição	1018

9.2.1. Conceito de extradição	1018
9.2.2. Espécies de extradição:	1018
9.2.3. Procedimento para a extradição e decisão sobre ela	1020
9.2.4. Requisitos para a extradição.....	1024
9.3. Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada	1042
9.4. Das Medidas de Retirada Compulsória	1044
9.4.1. Expulsão.....	1045
9.4.2. Deportação	1050
9.4.3. Repatriação	1052
9.5. Asilo Político e Refúgio.....	1052

11

DIREITOS POLÍTICOS	1059
1. Conceito.....	1059
2. Espécies	1059
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos	1068
3.1. Conceito de Sufrágio	1068
3.2. Espécies de Sufrágio.....	1069
3.3. Digressões sobre o voto.....	1070
4. Sistemas eleitorais.....	1073
5. Direitos políticos positivos	1080
6. Direitos políticos negativos	1088
7. Inelegibilidades: absolutas e relativas	1089
8. Perda ou suspensão dos direitos políticos	1124
9. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral	1129
10. Dos partidos políticos.....	1132
10.1. Financiamento de campanha. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato	1145
10.1.1. Financiamento de Campanha	1145
10.1.2. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena)	1167
10.1.3. Debates Eleitorais	1174
10.1.4. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos	1176
11. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário.....	1185

12

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	1191
1. Introdução	1191
2. Espécies ou tipos de formas de Estado	1191
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição: Antecedentes históricos do federalismo no Brasil. Estrutura do nosso atual federalismo. a posição da União e a questão da inexistência de hierarquia entre os entes federativos. O conceito de Autonomia dos entes federativos e suas capacidades	1197

SUMÁRIO

4. Técnicas de repartição de competências	1209
5. Análise da repartição de competências na Constituição de 1988.....	1210
6. Considerações finais sobre a organização do estado: Princípio da Simetria. Regiões Administrativas ou de Desenvolvimento. Bens da União. Bens dos Estados. Homogeneidade Federativa. Análise dos Territórios. Complementações sobre o Distrito Federal. Criação de Novos Estados. Criação de Novos Municípios	1308

13

DA INTERVENÇÃO FEDERAL	1325
1. Princípios que regem a intervenção federal.....	1325
1.1. Princípio da excepcionalidade	1325
1.2. Princípio da Taxatividade	1326
1.3. Princípio da temporalidade	1326
2. Conceito.....	1327
3. Procedimentos	1327
4. Intervenção Estadual	1333
5. A recente intervenção federal no estado do Rio de Janeiro	1336

14

PODER LEGISLATIVO	1341
1. Funções.....	1341
1.1. Funções típicas.....	1341
1.2. Funções atípicas.....	1342
2. Composição e atribuições	1342
2.1. Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente.....	1351
3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo.....	1357
3.1. Funcionamento.....	1357
3.1.1. Legislatura	1357
3.1.2. Sessão legislativa ordinária (sessão legislativa)	1357
3.1.3. Período legislativo	1358
3.1.4. Sessão preparatória	1358
3.1.5. Sessão ordinária	1358
3.1.6. Sessão extraordinária	1361
3.1.7. Sessão legislativa extraordinária	1361
3.1.8. Sobre os Quóruns	1362
3.2. Estrutura das Casas legislativas	1364
3.2.1. Mesas das Casas. O que são as mesas?	1364
3.2.2. Comissões.....	1368
4. Estatuto dos Congressistas	1380
4.1. Conceito.....	1380
4.2. Análise	1380
4.3. Imunidade Material	1381

4.4. Imunidade Formal.....	1389
4.5. Outras Imunidades dos Parlamentares	1425
4.6. Impedimentos e vedações dos Parlamentares. Perda de mandato dos Parlamentares e Temas Conexos. Caso do Mensalão (AP nº470)	1428
5. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	1449

15

PROCESSO LEGISLATIVO	1475
1. Conceito.....	1475
1.1. Conceito jurídico	1475
1.2. Conceito sociológico	1475
2. Espécies Normativas Primárias	1475
3. Tipos de processo legislativo	1476
3.1. No que diz respeito à organização política	1476
3.2. No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico	1476
4. Fases do processo legislativo.....	1478
4.1. Fase introdutória (de iniciativa).....	1478
4.2. Fase constitutiva	1478
4.3. Fase complementar (integração de eficácia).....	1478
4.4. Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória	1478
4.4.1. Conceito de iniciativa.....	1478
4.4.2. Espécies de iniciativa	1478
4.4.3. Observações finais sobre a fase de iniciativa	1479
5. Processo Legislativo Ordinário - Lei ordinária.....	1484
6. Processos Legislativos Especiais - Leis Complementares	1497
6.1. Leis Complementares: Conceito	1497
6.2. Procedimento para elaboração de leis complementares	1497
7. Processos Legislativos Especiais - Leis Delegadas	1501
7.1. Leis Delegadas: Conceito	1501
7.2. Procedimentos	1501
8. Medidas Provisórias	1503
8.1. Conceito.....	1503
8.2. Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88	1504
8.3. Procedimentos de tramitação de uma MP.....	1510
8.3.1. Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas.....	1510
8.3.2. Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1511
8.4. Observações Finais sobre as medidas provisórias	1517
9. Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais.....	1526
9.1. Conceito.....	1526
9.2. Procedimento.....	1526
10. Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções.....	1533

SUMÁRIO

10.1. Conceito geral	1533
10.2. Conceito de Decreto Legislativo	1533
10.3. Procedimento do Decreto Legislativo	1533
10.4. Conceito de Resoluções.....	1534
10.5. Procedimento das Resoluções	1535
16	
PODER EXECUTIVO	1537
1. Introdução	1537
2. Funções.....	1537
2.1. Função típica do Poder Executivo	1537
2.2. Funções atípicas do Poder Executivo	1538
3. Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo.....	1538
3.1. Conceito.....	1538
3.2. Principais espécies	1538
4. Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão.....	1542
4.1. Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão	1542
4.2. A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro.....	1544
4.3. Considerações Finais	1549
5. Estrutura do Poder Executivo	1550
5.1. Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1551
5.2. Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1565
5.3. Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1566
5.4. Conselho da República e Conselho da Defesa	1573
6. Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	1574
6.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1576
6.1.1. Conceito	1576
6.1.2. Procedimento	1577
6.1.3. Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República	1602
6.2. Crimes Comuns do Presidente da República	1605
6.2.1. Conceito	1605
6.2.2. Procedimento	1605
6.3. Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos	1608
17	
PODER JUDICIÁRIO	1617
1. Funções do Poder Judiciário.....	1617
2. Órgãos do Poder Judiciário: introdução.....	1618
2.1. Análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	1619
3. Garantias	1642

3.1.	Garantias Institucionais	1643
3.2.	Garantias dos membros	1647
3.2.1.	A vitaliciedade	1647
3.2.2.	Inamovibilidade	1648
3.2.3.	A irredutibilidade dos subsídios	1649
4.	Observações importantes sobre o Poder Judiciário	1651
5.	Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário	1661
5.1.	Supremo Tribunal Federal	1662
5.2.	Uma pequena Reflexão Crítica: quis custodiet ipsos custodes?.....	1714
5.3.	Súmulas Vinculantes.....	1721
5.4.	A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015	1735
5.4.1.	Introdução	1735
5.4.2.	Conceito	1736
5.4.3.	Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica.....	1739
5.4.4.	Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes	1740
5.4.5.	Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes.....	1748
5.4.6.	A dinâmica da aplicação dos precedentes.....	1752
5.4.7.	Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015	1756
5.5.	Superior Tribunal de Justiça	1759
5.6.	Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	1769
5.7.	Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral	1779
5.8.	Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1781
5.9.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito	1788
5.10.	Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1806
5.10.1.	Justiça de Paz	1806
5.10.2.	Quinto Constitucional	1809
5.10.3.	Juizados Especiais	1812
6.	Precatórios	1814
6.1.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF	1829
6.2.	Emenda Constitucional nº 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017 e a Emenda Constitucional nº 109/2021.....	1836
6.3.	A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios.....	1841
6.4.	A questão da constitucionalidade do art. 86 do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº 37/2002	1842

18

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	1845
1. Ministério Público	1845
2. Advocacia pública	1886
3. Advocacia	1899
4. Defensoria pública.....	1912

19

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1937
1. Introdução: Finalidade das Medidas	1937
2. Princípios Norteadores	1938
3. Estado de Defesa	1940
3.1. Conceito e Hipóteses	1940
3.2. Hipóteses.....	1940
3.2.1. Requisitos para a Decretação	1940
3.3. Procedimento	1941
3.4. Prazo	1941
3.5. Abrangência.....	1941
3.6. Controle	1942
3.7. Restrições de Direitos.....	1942
4. Estado de Sítio	1943
4.1. Conceito.....	1943
4.2. Hipóteses.....	1943
4.3. Procedimento.....	1944
4.4. Prazo	1945
4.5. Abrangência.....	1945
4.6. Controle.....	1945
4.7. Restrições	1946
5. Forças Armadas.....	1947
6. Segurança Pública	1951
6.1. Polícias da União.....	1954
6.2. Polícias dos Estados.....	1955
6.3. Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital.....	1957
6.4. Considerações importantes sobre as Polícias civis e Militares.....	1958
6.5. Polícia do Distrito Federal	1968
6.6. Polícia dos Municípios	1968
6.7. Segurança Viária	1972

20

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1975
1. Conceito.....	1976
2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade	1977
3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade	1987
4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções (outros controles).....	1994
5. Notas históricas sobre o controle de constitucionalidade judicial	2001
6. Análise específica da Regra Geral	2006
6.1. Controle difuso-concreto no Brasil: Procedimento	2006

6.2.	Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitucional	2014
6.3.	Algumas observações finais sobre o controle difuso in concreto: Reinterpretação e modificação de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Modulação de efeitos no juízo de não recepção, Quórum no juízo de não recepção, e a Questão do Controle difuso via Ação Civil Pública	2032
6.4.	Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade	2036
6.4.1.	Conceito	2036
6.4.2.	Parâmetro e Objeto da ADI	2036
6.4.3.	Legitimidade	2055
6.4.4.	Procedimento da ADI	2060
6.4.5.	Julgamento da ADI	2073
6.4.6.	Algumas observações finais sobre a ADI	2095
6.5.	Procedimento da medida cautelar	2104
6.6.	Procedimento especial (diferenciado) na ADI	2106
6.7.	ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade	2108
6.7.1.	Conceito	2108
6.7.2.	Objeto	2108
6.7.3.	Finalidade da ADC	2108
6.7.4.	Legitimidade	2109
6.7.5.	Procedimento	2109
6.7.6.	Julgamento da ADC	2111
6.7.7.	Efeitos da decisão da ADC	2111
6.7.8.	Observações finais sobre a ADC	2111
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	2113
7.1.	Conceito	2113
7.2.	Objeto	2113
7.3.	Legitimidade	2115
7.4.	Espécies de ADI por omissão (ADO)	2115
7.5.	Procedimento	2115
7.5.1.	Procedimento da ADI por omissão total	2117
7.5.2.	Procedimento da ADI por omissão parcial	2117
7.6.	Julgamento da ADI por omissão total ou parcial	2118
7.6.1.	Efeitos da decisão de uma ADI por omissão (ADO)	2119
7.7.	Observações finais sobre a ADI por omissão (ADO)	2124
8.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva)	2127
8.1.	Conceito	2127
8.2.	Finalidades	2127
8.3.	Objeto	2127
8.4.	Legitimidade ativa	2128
8.5.	Procedimento	2128

SUMÁRIO

8.6.	Julgamento	2130
8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva	2130
8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva	2131
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	2132
9.1.	Conceito.....	2132
9.2.	Espécies de ADPF	2133
9.3.	Objeto	2135
9.4.	Legitimidade.....	2137
9.5.	Procedimento.....	2137
9.6.	Julgamento	2143
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF	2143
9.8.	Observações finais.....	2145
10.	Controle Concentrado In Abstrato de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	2146
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade	2159
11.1.	Interpretação conforme a Constituição	2159
11.1.1.	Introdução	2159
11.1.2.	Conceito	2159
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição.....	2160
11.1.4.	Observação final.....	2160
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	2161
11.2.1.	Introdução	2161
11.2.2.	Conceito.....	2161
11.2.3.	Observações finais	2162
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	2162
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	2164
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas)	2166
11.5.1.	Conceito.....	2166
12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	2169
12.1.	Introdução.....	2169
12.2.	Sentenças interpretativas.....	2171
12.2.1.	A interpretação conforme a Constituição	2171
12.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto	2173
12.3.	Sentenças aditivas	2174
12.4.	Sentenças aditivas de princípios	2176
12.5.	Sentenças substitutivas	2176
13.	Sentenças Transitivas	2178
13.1.	Introdução	2178
13.2.	Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo	2181
13.3.	Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida	2181

13.4. Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva)	2182
13.5. Sentenças de aviso	2182
13.6. Conclusão sobre as Sentenças intermediárias.....	2183
14. Estado de coisas inconstitucional	2184
15. Controle de convencionalidade	2193
16. A Teoria dos Diálogos Institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa	2197
17. O papel das cortes constitucionais	2207
18. Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais	2209
19. Jurisdição constitucional fraca e os novos desenhos institucionais: o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica	2215

21

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL	2221
1. O Conceito de “Ordem”	2221
2. A Ordem Econômica	2221
2.1. A Ordem Econômica e a Constituição Econômica	2222
2.2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	2223
2.3. Princípios da Ordem Econômica.....	2231
2.3.1. Função social da propriedade urbana/rural	2232
2.3.2. Livre concorrência	2234
2.3.3. Defesa do consumidor.....	2236
2.4. A política urbana.....	2237
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	2239
2.5. A política agrícola e fundiária	2240
2.5.1. Desapropriação para fins de Reforma Agrária	2241
3. A Ordem Social	2242
3.1. A seguridade social.....	2242
3.1.1. Saúde	2244
3.2. A Previdência Social e a sua recente reforma pela Emenda Constitucional nº 103/2019.....	2260
3.2.1. Aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social	2262
3.2.2. Aposentadoria voluntária no regime próprio de previdência social da união	2266
3.2.3. Outras formas de aposentadoria	2269
3.2.4. Pensão por morte	2272
3.2.5. Considerações finais	2274
3.3. Assistência social	2279
3.4. A educação, a cultura e o desporto	2283
3.5. A ciência e tecnologia	2299
3.6. A comunicação social.....	2301

SUMÁRIO

3.7. O meio ambiente	2301
3.8. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso: As decisões da União Estável Homoafetiva e da Criminalização da Homofobia e Transfobia nos termos da Lei 7.716/89	2311
3.9. Os Quilombolas.....	2347
3.10. Os índios.....	2351
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2367
ANEXO – Emenda Constitucional nº 95/2016 – Teto dos Gastos Públicos	2389